

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.016 - RJ
(2019/0128409-3)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
EMBARGADO : PARAGÁS DISTRIBUIDORA LTDA
ADVOGADOS : GUILHERME BARBOSA VINHAS E OUTRO(S) - RJ112693A
JOAO PAULO RIBEIRO NAEGELE - RJ167447
VICTOR BRITO MOREIRA - RJ173652
JEISON BAINHA DE OLIVEIRA - RJ205400

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)** em face de decisão que não conheceu do agravo em recurso especial interposto por Paragás Distribuidora Ltda., ao fundamento de que a parte agravante, ora embargada, não impugnou a totalidade dos fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial.

A embargante, em suas razões, sustenta que a decisão foi omissa no que se refere aos honorários advocatícios em grau recursal, concluindo ser necessária a majoração da referida verba.

Pugna, pois, pelo acolhimento dos embargos de declaração, para sanar o vício apontado.

A parte embargada apresentou impugnação (fls. 361/366), na qual solicita a rejeição dos aclaratórios.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para correção de erro material.

E, no caso dos autos, assiste razão ao embargante.

A decisão recorrida, ao deixar de conhecer o agravo em recurso especial interposto pela parte adversa, nada dispôs acerca dos honorários em grau recursal,

Superior Tribunal de Justiça

devendo ser suprimida a omissão apontada.

ANTE O EXPOSTO, acolho os embargos declaratórios, para sanar a omissão e fazer constar da parte dispositiva da decisão de fls. 343/344:

***ANTE O EXPOSTO**, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço** do agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).*

Publique-se.

Após o transcurso do prazo recursal, retornem os autos conclusos para apreciação do agravo interno interposto às fls. 352/360.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator